

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Édla Kerollayne Tavares da Silva

E-mail:

edlakerollayne@gmail.com

Instituição: Universidade de Pernambuco, Brasil

Submetido: 11/10/2019

Aprovado: 05/03/2020

Publicado: 03/05/2021

doi: 10.20396/rho.v21i00.8657105

e-Location: e021012

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

SILVA, É. K. T. da; ARANTES, A. S. Representações sociais sobre a feminização do magistério na imprensa pernambucana (1885-1915). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 21, p. 1-23, abr. 2021. DOI:

10.20396/rho.v21i00.8657105.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657105>. Acesso em: 3 maio 2021.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA IMPRENSA PERNAMBUCANA (1885-1915)



Lattes

Édla Kerollayne Tavares da Silva*

Universidade de Pernambuco



Lattes

Adlene Silva Arantes**

Universidade de Pernambuco

RESUMO

Considerando a atividade docente no Brasil como sendo iniciada pelos homens e o perfil do professor brasileiro na educação básica como predominantemente feminino (INEP, 2009), faz-se necessário refletir sobre a feminização do magistério nacional e os fatores que contribuíram para tal. Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo compreender as representações sociais sobre a mulher e o magistério feminino na imprensa pernambucana no fim do século XIX e início do século XX, levando em consideração como tais representações podem ter influenciado o processo de feminização do magistério. Para compreender essas representações e suas influências, analisamos jornais escritos por mulheres e para mulheres, bem como jornais de sociedades acadêmicas e a Revista de Instrução Pública de Pernambuco, documento oficial do Estado. Baseamos-nos, teoricamente, nos estudos da história cultural, mais precisamente em Roger Chartier (1990). Nesta perspectiva, é importante ressaltar a importância do trabalho com jornais para a pesquisa em História da Educação, pois estes não apenas retratam a sociedade, mas participam desta. Ao analisar as representações, foi possível perceber a escassez de discursos relacionados à mulher professora. Em contrapartida, é possível perceber a importância da educação da mulher enquanto mãe dos futuros homens da nação. Concluímos que o positivismo contribuiu para feminização do magistério, pois consolida o homem no poder. A educação da mulher e da professora se relacionava com o papel de mãe e a suposta sensibilidade feminina deveria ser direcionada para não se preocupar com futilidades, proporcionando o pleno desenvolvimento de seus alunos.

PALAVRAS-CHAVE: História da educação. Feminização do magistério. Imprensa pernambucana.

SOCIAL REPRESENTATIONS ON THE FEMINIZATION OF THE MAGISTERIUM IN THE PERNAMBUCO PRESS (1885-1915)

Abstract

Considering the teaching activity in Brazil as been initiated by men, and considering the Brazilian teacher profile in basic education as predominantly feminine (INEP, 2009), it is necessary to think about feminization of national mastership and the factors that contributed to this. Therefore, the purpose of this research is to understand the social representation about woman and the female mastership in Pernambuco press in the end of 19th century and beginning of 20th century, considering how those representations could induce the process of mastership feminization. Aiming to understand those representations and their influences, we analyzed newspapers written by women and to women, as well as academic society's newspapers and the Public Instruction Magazine of Pernambuco, official document of state. We based our research theoretically in cultural history studies, precisely in Roger Chartier (1990). In this perspective, it's important underscore the significance of working with newspapers to History and Education research, because it does not only portray the society itself, but it takes part on it. While we were analyzing the representations it was possible to see the scarcity of speeches related to woman teacher. In the other hand, it is possible to perceive the importance of woman education as mother of the future men of the nation. We end that positivism contributed to mastership feminization, because it reinforces the man in a position of power. The woman and woman teacher's education were related to the role of being mother and the supposed feminine sensibility should be directed to do not worry about peddling, providing full development to their students.

Keywords: History of education. Mastership feminization. Pernambuco press.

REPRESENTACIONES SOCIALES SOBRE LA FEMINIZACIÓN DEL MAGISTERIO EN LA PRENSA DE PERNAMBUCO (1885-1915)

Resumen

Considerando la actividad docente en Brasil como iniciada por hombres, y considerando el perfil del maestro brasileño en educación básica como predominantemente femenino (INEP, 2009), es necesario reflexionar sobre la feminización de la profesión docente nacional y los factores que contribuyeron a ella. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo comprender las representaciones sociales sobre las mujeres y la enseñanza femenina en la prensa de Pernambuco a fines del siglo XIX y principios del siglo XX, considerando cómo tales representaciones pueden haber influido en el proceso de feminización de la enseñanza. Para entender estas representaciones y sus influencias, analizamos revistas escritas por mujeres y para mujeres, así como revistas de sociedades académicas y la Revista de Instrucción Pública de Pernambuco, un documento oficial del estado. Nos basamos teóricamente en estudios de historia cultural, más precisamente Roger Chartier (1990). En esta perspectiva, es importante enfatizar la importancia de trabajar con periódicos para la investigación en Historia de la Educación, ya que no solo retratan a la sociedad, sino que también participan en ella. Al analizar las representaciones fue posible notar la escasez de discursos relacionados con la maestra. Por el contrario, es posible ver la importancia de la educación de las mujeres como la madre de los futuros hombres de la nación. Llegamos a la conclusión de que el positivismo contribuyó a la feminización de la enseñanza, ya que consolida al hombre en el poder. La educación de la mujer y la maestra estaba relacionada con el papel de la madre y la supuesta sensibilidad femenina debería estar dirigida a no preocuparse por las inutilidades, proporcionando así el desarrollo completo de sus estudiantes.

Palabras clave: Historia de la educación. Feminización del magisterio. Presione en pernambuco.

INTRODUÇÃO

Para iniciar os debates sobre a feminização do magistério, é preciso lembrar que a docência no Brasil foi iniciada por homens com a chegada dos jesuítas ao país para catequizar os indígenas. Até o século XIX, a docência era representada pela figura masculina. As meninas não tinham garantido o acesso à educação e sua instrução estaria limitada às instituições privadas ou em casa com professores particulares. Sendo assim, a educação das meninas era restrita às camadas mais favorecidas.

Porém, a sociedade começava a passar por um processo de urbanização. No fim do século XIX, a educação passa a ser vista com o papel de promover a modernização do país. As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais repercutiram na educação e na formação docente. (NOGUEIRA; SHELBAUER, 2007, p. 79). Crescia a demanda por educação da sociedade, inclusive da mulher. Consequentemente, foi necessário haver a inserção delas nas salas de aula, não apenas como alunas, mas também como mestras.

No sistema educacional, a educação da mulher continuava voltada para seu papel de mãe e esposa. Com turmas e escolas separadas das masculinas, as mulheres recebiam também educação diferenciada. Enquanto os meninos aprendiam a ler, escrever, realizar as quatro operações básicas, lidar com números decimais, proporções e geometria, a educação das meninas estava limitada às primeiras letras, abrangendo apenas o conhecimento da leitura, escrita e das quatro operações básicas. Além disso, elas deveriam aprender a cozinhar e bordar¹.

Em 1875, quando a Escola Normal Oficial de Pernambuco é aberta às mulheres, a docência é vista como extensão dos “deveres femininos”. Nesse período, para Araújo e Cunha (2013, p. 11.248), há a crescente concepção da educação assistencialista. De acordo com Peixoto (2006), a abertura do magistério às mulheres se constitui como uma oportunidade para que estas possam prosseguir os estudos e estudar um pouco mais. Para as moças que precisavam trabalhar, o magistério era uma das poucas profissões socialmente aceitáveis às mulheres, já que permitia que elas pudessem conciliar a vida profissional com as tarefas domésticas.

Aos poucos, os relatórios mostram que a Escola Normal Oficial passava a receber mais mulheres que homens, tendo, em 1884, 57 (cinquenta e sete) matrículas masculinas para 83 (oitenta e três) femininas e, em 1894, 22 (vinte e duas) matrículas masculinas para 79 (setenta e nove) femininas. Além de registrar mais matrículas femininas, pode-se observar a aprovação de mais mulheres que homens. No ano de 1883, foram 32 (trinta e duas) aprovações masculinas e 54 (cinquenta e quatro) femininas. (PEIXOTO, 2006).

Segundo Machado (2005), o século XIX foi denominado de “século da instrução popular”, pois foi reconhecida a importância de se ofertar educação para o povo. A educação nacional se encontrava em um quadro desolador. Os índices de analfabetismo eram altos e começa a se debater as mudanças necessárias na educação. (NOGUEIRA; SHELBAUER,

2007). Acreditava-se na escola como moralizadora e civilizadora, podendo consolidar a ordem social. É nesse período que se intensificam os discursos sobre a infância. Acontece a reinvenção da escola primária com a transição do método individual para o ensino simultâneo e do tradicional para o intuitivo. (SOUZA, 2006, p. 35). O afeto e o carinho passam a ser vistos como facilitadores do processo de ensino-aprendizagem. A partir disso, a mulher passa a ser vista como a mais adequada para ocupar as salas de aula do ensino primário.

Atualmente, no âmbito nacional, o perfil do professor brasileiro na educação básica é predominantemente feminino. Apesar do percentual de mulheres professoras diminuir no percurso da Educação Infantil ao Ensino Médio, as mulheres continuam dominando o percentual de docentes, estando em menor número apenas na Educação Profissional. Na creche e pré-escola, os homens estão quase ausentes desse espaço. No ano de 2007, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2009), apenas 2,1% dos professores das creches e 3,9% dos professores da Educação Infantil eram homens. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a presença dos homens cresce para 8,8%.

Tendo em vista os dados citados acima, faz-se necessário refletir a respeito da escolha profissional das mulheres e dos motivos que levaram à docência primária a se tornar uma profissão tipicamente feminina. Ao falar em feminização do magistério, é preciso levar em consideração não apenas a predominância feminina nas salas de aula, mas as qualificações que vão relacionar esta profissão ao sexo feminino. Tal questionamento não se dá como crítica à opção profissional das mulheres, mas como uma reflexão sobre representações e possibilidades oferecidas às mulheres, pois estas podem influenciar na escolha profissional delas.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo compreender as representações sociais sobre a mulher e o magistério na imprensa pernambucana no fim do século XIX e início do século XX, levando em consideração como tais representações podem ter influenciado o processo de feminização do magistério.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se desenvolve no campo da História da Educação e se baseia nos preceitos da Nova História Cultural, utilizando a concepção de representações de Chartier. Para Almeida Filho (2016, p. 381), a pesquisa histórica é importante para que se possa “[...] conhecer e refletir acerca de um fenômeno.” Sendo assim, constitui-se como um importante instrumento para que se entenda a relação entre história, tempo e espaço de uma determinada sociedade. A pesquisa histórica no âmbito educacional, por sua vez, contribui para trazer à “[...] tona as contradições existentes em cada contexto histórico.” (PADILHA; NASCIMENTO, 2016, p. 131).

Para Chartier (1990), os discursos captam e estruturam o mundo, permitindo-nos compreender a relação entre discurso e práticas culturais que, para o autor, são estratégias que permitem pensar e produzir a realidade. As percepções sociais não são discursos neutros e sim estratégicos. Tendem a impor autoridade à custa dos menosprezados para legitimar a escolha das condutas. A realidade e os discursos não são definidos instantaneamente. O que existe é o objetivo de determinadas práticas. Assim, a luta das representações é tão importante quanto as lutas econômicas a partir das quais determinado grupo impõe ou tenta impor noção de mundo social.

Partindo da perspectiva anteriormente mencionada, selecionamos periódicos femininos e feministas com o intuito de compreender como a feminização do magistério está representada na imprensa pernambucana, observando até que ponto as representações sociais sobre a mulher e o magistério, o momento histórico, econômico e social podem ter influenciado na escolha profissional da mesma. Para atender a tais objetivos, propomo-nos a mapear as qualidades femininas que foram relacionadas à profissão docente.

A fim de compreender essas representações e suas influências, analisamos jornais escritos por mulheres e para mulheres, bem como jornais ligados às associações de professores e a Revista de Instrução Pública de Pernambuco, documento oficial do Estado.

A **Revista de Instrução² Pública de Pernambuco** surge em Pernambuco no ano de 1872, sob a direção do Dr. João José Pinto Junior, sendo redigida por “professores e outros homens de letras”. Ela era impressa na Typografia Universal que se localizava na Rua do Imperador, nº. 52, Recife. Na Revista, havia a parte “official”, onde se publicava a legislação e despachos sobre a Instrução Pública, a parte “doutrinal”, que continha artigos sobre pedagogia, metodologia e didática, e a parte “noticiosa”, trazendo “tudo quanto se interessa a instrução”, desde artigos bibliográficos a estatísticas e notícias úteis aos professores.

Os volumes encontrados desta Revista são referentes aos anos de 1872 e 1902, desconhecendo-se o ano da última publicação dela. É possível identificar indícios de que ela deixa de ser publicada no intervalo entre as edições encontradas, pois, no volume de 1902, é indicado que o periódico se encontrava em seu quarto ano de publicação, contando com 18 (dezoito) volumes. Se, no volume de 1872, a Revista é indicada como sendo redigida por professores e homens de letras, o volume de 1902 indica como redator-chefe o Inspetor Geral da Instrução Pública e, como diretor, cita-se João Baptista Regueira Costa.

A respeito da imprensa feminina, é possível identificar não apenas jornais escritos ou dirigidos por homens e dedicados às mulheres, mas também jornais escritos e dirigidos por estas. Alguns dos jornais utilizados, como veremos adiante, não apresentam o nome dos colaboradores ou da direção, mas codinomes ou apenas as iniciais, impossibilitando a identificação do gênero daqueles que o escreviam.

O Beija-Flor circulou no período de 1880 e, depois, de 1883 a 1889. Apesar de possuir o mesmo nome, é possível que os volumes que circularam em 1880 e não tenham

relação com os que circularam entre 1888 e 1889. Nos volumes de 1880, o jornal é apresentado como uma publicação dedicada às “senhoras”. Impresso na **Typografia Acadêmica**, na Rua de Caxias, n. 18, Recife, não apresentam indicação do responsável ou dos autores dos textos. Já os volumes de 1883 a 1889, dedicados às “distintas brasileiras”, mesmo não indicando o responsável pelo jornal, vão trazer a autoria de boa parte de seus textos.

Impressos a princípio na **Typografia da Gazeta de Noticias** passam a ser impressos em tipografia própria. Nesse processo, havia a participação tanto de homens quanto de mulheres. Em sua apresentação, o jornal se propõe a debater os defeitos da mulher em forma de conversa. Oferece ainda literatura, porém se recusa a oferecer algumas obras que eram consideradas perigosas para as mulheres. Essa recusa é apresentada como proteção, pois, sem proteção, a mulher não poderia fazer nada.

A Mulher, redigido por Josepha A. F. de Oliveira e Maria Estrella, foi um periódico de “literatura, medicina e bellas-artes” dedicado à mulher brasileira. Começou a ser publicado nos Estados Unidos, quando as redatoras cursavam medicina e, em 1883, depois de um intervalo de dois anos, passa a ser publicado em Recife. Impresso na **Typografia do Jornal do Recife**, nesse periódico as autoras vão abordar questões como medicina, “romances morais” e os deveres da mulher na sociedade.

O periódico **A Rosa**, por sua vez, apresenta-se como um periódico crítico e científico redigido por senhoras. Criado em 1890 com publicação até 1893, ele publicava-se na **Typ. de D. Porcia** em dias indeterminados e o último volume encontrado é referente ao mês de junho de 1893. Escritos por mulheres e para as mulheres, os artigos do jornal traziam apenas as siglas do nome das autoras. Este fato pode ser justificado com a frágil presença feminina na imprensa durante o século XIX.

A ocultação do nome das autoras seria uma forma de protegê-las de ataques por parte dos conservadores que acreditavam na restrição da mulher ao espaço doméstico? Em sua primeira edição, as redatoras se desculparam por sua ousadia e afirmam que mesmo não podendo oferecer nada de “grande”, por serem mulheres, não poderiam deixar de reclamar sua parte na vida social. Pedem, ainda, o apoio dos homens para que o jornal possa colaborar com a tarefa de emancipação da mulher.

O Lyrio, revista mensal que circulou entre 1902 e 1904, não indicava onde seus volumes eram impressos. As correspondências deveriam ser encaminhadas à Rua do Lima, n. 54, onde residia a Redatora Secretária. Redigido apenas por mulheres, possuía periodicidade mensal e, dos periódicos voltados para as mulheres que foram analisados nesta pesquisa, foi o que apresentou melhor regularidade nas publicações. Possuiu, ainda, uma versão diminuta chamada **O Botão do Lyrio**, que foi publicada nos meses de fevereiro e novembro de 1903, por falta de condições das redatoras elaborarem a sua versão regular.

No que se refere aos jornais ligados às associações de professores, foram analisados nesta pesquisa os jornais **O Normalista** e **O Grêmio dos Professores Primários**. **O**

Normalista, jornal do Clube Literário dos normalistas, publicado na **Typ Universal**, foi criado no ano de 1882 e era publicado quinzenalmente. Dirigido apenas por homens, este tratava apenas de assuntos relacionados à instrução. Declarava-se um jornal pequeno e ciente de sua fraqueza. Iria cooperar para o desenvolvimento do ensino ao se fazer um jornal exclusivamente instrutivo, deixando a poesia de lado.

Por fim, **O Grêmio dos Professores Primários** foi um jornal quinzenal pertencente a uma sociedade de mesmo nome. Inaugurado em 1883, também era dirigido apenas por homens. Em sua apresentação, afirma-se que o jornal se dedica e tem suas origens na causa da instrução primária, sendo um humilde soldado das letras. Propunha-se, ainda, a ouvir as queixas das instituições e lutar pelos direitos da classe, dizendo o que pensa com o propósito de melhorar e uniformizar o ensino primário.

Apresentadas as fontes que subsidiaram esta pesquisa, no próximo tópico, iremos discutir as possibilidades do uso de jornais para a pesquisa em educação. Tal reflexão se faz importante, pois o jornal se constitui como uma referência para com os acontecimentos sociais, levando informações para as massas.

O JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Até 1808, era proibida a instalação de tipografias no Brasil colônia. É nesse ano que D. João VI cria a Imprensa Régia e autoriza a instalação de gráficas no país. Porém, a mesma não funcionava com total liberdade, sendo censurada pelo governo. A realidade permanece até 1821, onde se extingue a censura e a imprensa passa a ser de iniciativa privada. (SILVA; SELLARO, 2004 *apud* SILVA, 2005).

A respeito dos ângulos e possibilidades para o trabalho com a imprensa, compreende-se que ela pode ser abordada como meio de comunicação, literatura e fonte para estudos históricos. O jornal serve como aproximação entre o cotidiano e a sociedade, pois é escrito de forma leve e ligeira. (SILVA; SELLARO, 2004 *apud* SILVA, 2005). É a informação de forma acessível para as massas. Entretanto, Araújo (2002) nos lembra que a imprensa é suspeita, tendenciosa e, por vezes, até manipuladora. Suas informações são partidárias e intencionais, já que se constitui como uma empresa.

A partir da perspectiva de estudos históricos, Araújo (2002) defende a imprensa como co-partícipe da educação do homem. Para o autor, ela possui participação na sociedade e auxilia na compreensão do modo como o homem recria sua cultura. Para ele, descrever a cultura³ é, portanto, “ter em conta as diferentes dimensões da produção da existência”.

Quanto à pesquisa histórica no âmbito educacional é crescente o interesse, por todo o mundo, de investigar a respeito da docência. Existe um crescente desprestígio social para com a profissão docente e, com esse desprestígio, vem certo sentimento de “mal-estar” (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 276) compartilhado entre professores de diferentes níveis e

modalidades por todo o mundo. Esse sentimento de “mal-estar” se dá com a incerteza do valor e objetivo da profissão docente.

Sendo assim, Silva e Oliveira (2014, p. 277) afirmam que:

Muitos aspectos da história do trabalho docente ainda são desconhecidos e se colocam como um desafio aos pesquisadores atuais, impressionados, como nós, com a permanência histórica dos vários modelos de conduta, de condições de trabalho, de bases remuneratórias e de formação docente ainda vigorantes no país.

Por este motivo, as pesquisas no campo da história da educação não devem se restringir apenas à imprensa educacional. Em jornais que não possuem foco na educação, podemos perceber esse processo de recriação da cultura através dos interesses neles representados. Assim, trabalhar com jornais, além da imprensa educacional, é ampliar os horizontes para além da educação escolar e das instituições de ensino.

Considerando a participação da imprensa na sociedade, seu caráter tendencioso e a possibilidade de compreender a recriação da cultura, a seguir, iremos refletir acerca da História Cultural. Em oposição ao paradigma tradicional da história, a História Cultural vai dar ênfase às representações culturais e não apenas a apreensão de fatos nas diversas sociedades.

HISTÓRIA CULTURAL

A História Cultural é praticada na Alemanha com esse nome há mais de 200 anos. Apesar de alguns historiadores afirmarem que a História Cultural não possui essência, a mesma possui história própria. Essa história pode se dividir em História Clássica, História Social, História Cultural Popular e Nova História Cultural (NHC).

Com a evolução da História Cultural, vão surgindo novos questionamentos e preocupações para com o estudo da história. Começa-se a relacionar a comunidade e o mundo externo a ela. A História Social da Arte, por exemplo, passa a se preocupar com as conexões entre as diferentes artes. A História Cultural Popular, por sua vez, irá trazer o questionamento: Quem é o “povo”? Os integrantes do povo seriam todos aqueles que constituem uma sociedade ou apenas quem não está inserido na elite desta?

De acordo com Peter Burke (2008), a História Cultural se preocupa com as diferenças, debates e conflitos das tradições culturais. Estuda o passado dando ênfase às “culturas” inteiras, diminuindo a sua fragmentação. Dentre os historiadores culturais, é possível notar a transição da crença de uma racionalidade imutável (escolha inconsciente em atos de consumo) para “[...] um interesse crescente nos valores defendidos por grupos particulares e em locais e períodos específicos.” (BURKE, 2008, p. 6).

Burke traz também uma reflexão sobre o nome Nova História Cultural (NHC). Para ele, a palavra “nova” distingue a NHC da História Intelectual por se preocupar com as mentalidades, suposições e pensamentos e não com os sistemas de pensamento. Já a palavra “cultural” a distingue da História Social por dar ênfase à cultura e não apenas à sociedade em geral. Foucault, por exemplo, critica as interpretações teleológicas da história sobre a evolução da liberdade e do individualismo. Chama ainda a atenção para as descontinuidades culturais como a relação entre as palavras e as coisas no século XX. Outro ponto abordado por Foucault é a necessidade de se “cavar mais fundo” para que se possa compreender as “grades” ou “filtros” intelectuais que selecionavam certas informações e descartavam as demais. (BURKE, 2008).

Outro teórico que Burke afirma contribuir significativamente com a Nova História Cultural é Pierre Bourdieu. Dentre suas teorias mais influentes, destacam-se: a teoria da **reprodução cultural** e a **teoria da prática**. A **teoria da reprodução cultural** compreende a forma como as elites vão manter sua posição na sociedade através de um sistema educacional aparentemente autônomo e imparcial. Porém, esse sistema é pensado para selecionar alunos com as habilidades ensinadas desde o nascimento nesse grupo social. Já a **teoria da prática** está relacionada à reprodução cultural. Com esta, Bourdieu apresenta o termo “*habitus*”, que foi usado para nomear a capacidade de improvisação. Essa capacidade de improvisação se refere às habilidades naturais que integrantes de determinados grupos possuem diante de determinadas situações.

O feminismo também deixa sua contribuição para a História Cultural. Com o movimento, começa-se a pensar sobre os preconceitos dos homens para com as mulheres e a respeito da contribuição social feminina, que se encontra esquecida na narrativa tradicional da história. Na História Cultural, o feminismo busca realizar uma análise entre o discurso masculino e o feminino. Outro ponto abordado por Burke (2008, p. 83) é que uma das possíveis causas para a popularização da História dos Costumes e da História da Sociedade pode ser justificada pela “[...] crescente feminização do público leitor.”

A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

Antes de começar a discutir o processo de feminização do magistério no estado de Pernambuco, é importante lembrar que a docência no Brasil foi iniciada por homens. A primeira forma de educação escolar fora aqui instalada pelos religiosos para a educação dos índios. Mais tarde, também são os homens que assumem as chamadas “aulas régias” – aulas que não pertenciam à Igreja, mas ao Estado. Entretanto, com a inserção das meninas na educação escolar, torna-se necessária a presença de professoras, já que as turmas de meninas só poderiam ser regidas por mulheres. (LOURO, 2009).

Mesmo com a inserção das mulheres e meninas nas salas de aula, continuava a existir uma discriminação sexual na educação. As meninas aprenderiam a cozinhar, bordar e

costurar. Aprenderiam as primeiras letras e as operações básicas da matemática. O conhecimento destinado a elas seria apenas o suficiente para atender às necessidades básicas do lar. Já os meninos, além das primeiras letras, aprenderiam aritmética e geometria. Com isso, a mulher professora recebia um salário inferior ao do professor, pois o ensino de geometria era um critério de aumento salarial.

A escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um *locus* privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, à princípio, marcadamente masculino. (LOURO, 1997, p. 77).

Baseando-se na fala de Louro que consta acima, a feminização do magistério não se limita à superioridade numérica de mulheres em relação aos homens na educação para com as crianças, mas se refere, ainda, à visão que a sociedade tem da profissão docente e das qualidades para tal.

Braga (2013) afirma que a feminização do magistério no estado de Pernambuco se deu num momento de crise financeira. O Estado estava tomado por secas e epidemias. Os empresários se encontravam carregados de dívidas contraídas na tentativa de modernização e sobrevivência das lavouras. Era notável também o descaso da corte com as províncias do norte, não prestando apoio diante de tais dificuldades.

Em seu artigo intitulado **A feminização do magistério em Pernambuco (1872-1890)**, Braga (2013) fala sobre a contribuição das escolas noturnas para a feminização do magistério. As escolas noturnas tinham, em grande parte, o objetivo de formar professores(as), constituindo-se como a melhor opção para aqueles que precisavam trabalhar durante o dia. Mesmo que em número mínimo, sendo 75 (setenta e cinco) vagas para os homens 6 (seis) para as mulheres, as escolas noturnas se mostraram como uma alternativa de profissionalização para as mulheres de baixa renda.

Para Silva e Oliveira (2014), a docência no Brasil Império foi uma importante forma de ascensão social para aqueles de menores condições financeiras. No caso das não normalistas, essa experiência profissional livre do controle do Estado pôde, em muitos casos, configurar-se como um tenuous limite “[...] entre a prestação de um tipo de serviço liberal e um serviço doméstico.” (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 285).

Outro ponto a ser ressaltado na investigação do processo de feminização do magistério em Pernambuco é a popularização das escolas mistas. Regularizadas em 1879, elas já existiam no Estado desde 1872⁴, e seu número começou a crescer consideravelmente nas décadas de 80 e 90. O papel desse evento para a feminização do magistério se constituiu no fato de que as mulheres eram as únicas que poderiam gerir as turmas mistas.

Braga (2013) destaca a sugestão do então Inspetor Geral da Instrução em Pernambuco, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, de se transformar as escolas do interior do

Estado em escolas mistas com o objetivo de reduzir as despesas da Instrução Pública. A autora afirma que essa ação não pôde se efetivar imediatamente, pois “[...] muitos professores (homens) eram considerados vitalícios e invioláveis em sua posição no magistério e, portanto, não poderiam ser de imediato retirados de suas cadeiras para dar lugar a uma professora.” (BRAGA, 2013, p. 167).

As escolas mistas não tinham prestígio social naquela época e foram criadas em localidades onde a sua existência tornou-se o único caminho para a continuação do ensino público, evitando-se, assim, o definhamento generalizado do ensino no restante da província. [...] As escolas mistas surgem então como uma alternativa para o momento financeiro na província. (BRAGA, 2013, p. 169).

Com a investigação de Braga, é possível perceber que a instrução feminina foi a que mais cedeu lugar às aulas mistas. Para a autora, este fenômeno se explica com a possibilidade de aproveitamento da professora de determinada localidade para gerir a nova turma mista. Também é notável a baixa ocorrência de escolas mistas em localidades centrais como Recife e Olinda, pois a frequência nessas localidades era elevada.

Apesar de reconhecer o papel das escolas noturnas e da co-educação dos sexos para a feminização do magistério, Braga discorda da afirmação de que estas ocuparam papéis principais para o processo de feminização no estado de Pernambuco. Com sua pesquisa, a autora conclui que o acesso ao magistério em Pernambuco era precário e desencorajado. O número de formação de professoras era baixo, mas o número de não normalistas era alto.

Para compreender o processo de feminização, é preciso levar em conta a regência de mulheres em escolas masculinas. Em 31 de janeiro de 1874, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco, envia um documento ao Presidente da província, encorajando a entrega de cadeiras primárias masculinas às professoras:

São hoje geralmente conhecidas as vantagens do ensino de alunos do sexo masculino confiado às professoras. A vocação das mulheres para a educação das crianças, a simpatia que inspiram a estas, o segredo de bem dirigi-las, empenhá-las no estudo, tornando-o agradável e ameno, o dom de facilmente transmitir-lhes as noções e conhecimentos de que dispõem, tudo tem feito proclamar-se a mulher como sendo mais competente para o magistério primário. Na Europa e na América, está isto conhecido. E entre nós as províncias de Minas e Ceará já tem escolas de meninos dirigidas por mestras. Sendo este um exemplo digno de imitação, pelos incalculáveis benefícios que deixa a esperar, com relação ao aproveitamento dos alunos, quer por que se abrem assim as nossas patrícias uma brilhante carreira em que se poderão empregar com grande vantagem para si e para a província, e convido ao mesmo tempo preparar neste sentido a reforma que se vai fazer no ensino publico, tenho a honra de propor a V. Ex.^a se digne de nomear senhoras para reger provisoriamente as cadeiras primarias do sexo masculino que vagarem ou cujos professores obterem licença. [...] Iniciando nesta província o ensino dos meninos por professoras, a V. Ex.^a caberá da gloria de ter assim admitido um melhoramento de grandíssimo

alcance e de ter prestado um assinado serviço a pública instrução. (CAVALCANTI *apud* BRAGA, 2013. p. 173).

No discurso de Cavalcanti, é possível notar um importante aspecto para justificar a feminização do magistério. Trata-se dos atributos femininos que qualificam a mulher para o magistério. Teriam elas o “dom” para ensinar às crianças e facilitar o ensino. Esse “dom” estaria ligado à condição de mães e ao papel materno de cuidar de seus filhos. A educação da mulher, segundo Louro (2009), esteve desde o princípio justificada por seu destino de Mãe. Elas deveriam ser honestas e ordeiras para transmitir a boa moral aos seus filhos. Argumentava-se que a docência poderia “ampliar” a natureza feminina e deveria ter como característica a entrega e a doação.

Mais tarde, o “dom” feminino para a educação serviria para dificultar a discussão de questões como salário. Sendo assim, mesmo com a abertura de um novo espaço para a profissionalização das mulheres, este não ofereceu independência imediata às mesmas na sociedade. Visto como uma extensão do papel da mulher, o magistério feminino também foi marcado por controle e até resistência. Peixoto (2006) relata que, com a criação das escolas normais, as mulheres poderiam assistir às aulas acompanhadas de seus pais e maridos, desde que eles estivessem decentemente trajados e não atrapalhassem as aulas. Para alguns era imprudente entregar a educação das crianças às mulheres, que eram tidas como “volúveis” e portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos”. (LOURO, 2009, p. 450).

Nesse sentido, é possível perceber a necessidade que se tinha em controlar a mulher. A memória delas e dos homens se constituiu, ao longo do desenvolvimento da sociedade, de forma diferente. Devido ao seu cotidiano “caseiro”, as mulheres desenvolveram o hábito de registrar lembranças e emoções, refletindo sobre elas. Já os homens, voltados ao trabalho fora do conforto do lar e às guerras, focam em registrar e lembrar datas de guerras e afins. Tal diferença de memória se constituiu a partir da diferença entre o cotidiano de cada sexo. (RABELO; MARTINS, 2006).

A memória “infalível” da mulher era tida como “influência demoníaca”. Deveria esta ser controlada, impedida de ser compartilhada e reconstruída, pois na memória se “[...] manifesta a liberdade de pensamento tão temida pela igreja e pelo poder.” (RABELO; MARTINS, 2006 p. 6170). A mulher deveria, então, ser controlada e submetida à moral do homem, servindo apenas como objeto.

O controle exercido sobre a mulher era evidenciado inclusive na necessidade diferenciada dela atestar sua boa moral. Eram requisitados documentos como “[...] certidão de casamento, se casada; certidão de óbito do cônjuge, se viúva; sentença de separação, para avaliar o motivo que gerou a separação, no caso da mulher separada.” (RABELO; MARTINS, 2006 p. 6171).

O salário seria mais um instrumento para o controle feminino. O salário da mulher era visto apenas como complemento da renda familiar. Caberia ao homem prover o sustento da família. Essencial para o controle feminino, o salário foi um importante fator para a

feminização do magistério, pois, como Catani (1997, p. 28) aponta, “[...] para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco.”

REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER E O MAGISTÉRIO NA IMPRENSA PERNAMBUCANA

Em resumo, os trabalhos anteriormente citados apresentam diferentes motivações para o fenômeno da feminização no magistério. Os autores e autoras citados concordam que essa feminização deve ser pensada a partir da popularização da educação nacional e inserção das mulheres e meninas nas salas de aula, pois, antes, a mulher era educada em casa. Sendo este um processo marcado pela popularização das escolas mistas e pela regência feminina em turmas masculinas, é preciso pensar nos atributos femininos que tornaram as mulheres as mais adequadas para assumir as salas do Ensino Primário. Para tal, neste tópico, iremos apresentar os principais debates localizados sobre a capacidade intelectual da mulher e sua educação; a relação entre mulher, patriotismo e a imagem da professora primária; as representações sobre o currículo escolar feminino e, por fim, as representações de educadores na imprensa.

CAPACIDADE INTELECTUAL DA MULHER E SUA EDUCAÇÃO

Mantida no âmbito doméstico desde o início da colonização do Brasil, a mulher brasileira sofria um forte controle pela sociedade e pelos homens de suas famílias. Este controle podia ser marcado de várias formas, mas a sua capacidade intelectual costumava estar no centro deste debate. Sua capacidade intelectual é questionada desde o controle da sua memória, como discutido anteriormente, ao controle do conhecimento científico.

Por que se ha de negar a capacidade intellectual da mulher? Não se vê que muitas tem havido de grande saber?

Como desenvolverão essas mulheres sua inteligencia? Com paciencia constancia e porque lhes derão tempo e liberdade para estudarem, e franquesa para publicarem suas concepções; Porque elas tiverão bastante coragem para affrontarem as opiniões despeitosas. A mulher, e verdade, é sobrecarregada n’isto, fica a intelligencia adormecida mas não destruida.

Dae uma ou duas horas no dia para que se dedique á instrucção, e vereis o resultado satisfactorio que infalivelmente ha de apparecer. Vereis então que não é por engano, mas por opposição systematica que negam a capacidade intellectual da mulher. (P. C. M., 1890, p. 1-2).

No discurso acima mencionado, encontrado no periódico **A Rosa**, é possível notar que o não desenvolvimento da inteligência feminina está relacionado ao fato da mulher estar sobrecarregada com os afazeres domésticos. Este seria um marco do controle do intelectual feminino. Desde a sua inserção nas salas de aula e na educação popular, o currículo para o público feminino era voltado às tarefas domésticas. A mulher deveria aprender apenas o

essencial para satisfazer as necessidades do lar. Afastadas do conhecimento científico em prol de seus lares, as mulheres não desenvolviam bem o intelecto e a inteligência ficava “adormecida”.

Mui pequeno é o proveito da instrução primaria que as meninas aprendem de oitava, e se acaso alguma procura adiantar-se não é quase nunca pelo desejo de saber é só com o fito de o mais breve possível abandonarem a escola e irem para casa se entregarem a inação esquecendo na ociosidade tudo que lhe foi encinado.

Apóz d’isto entram na mais perigosa faz da vida na qual tudo concorre para corromper suas ideias.

N’esse tempo em que se applica a menina? A apreciar um vestido exotico, uma fita de cor garrida ou de cor morta para variar.

Ensinam-lhe uma vaidade escandalosa só para mostrar-se mais bonita julgando assim agradar e casar-se mais depressa sem terem a mais pequena luz dos encargos e deveres do estado que vão tomar. (P. C., 1890, p. 2-3).

Mais à frente, no mesmo jornal, porém em outro volume, é possível perceber uma continuidade à critica da situação da mulher na sociedade e em relação ao lar. Ambos os artigos provavelmente foram escritos pela mesma pessoa já que um é assinado com “P.C M.” e o outro apenas com “P. C.”. Fica claro que a pouca instrução recebida pela mulher ainda não seria valorizada por uma questão cultural. A mulher era ensinada a ser vaidosa e agradável para poder se casar o mais cedo possível. Este foco em futilidades desviaria a mulher do caminho do conhecimento.

Educada a mulher nos mysterios das sciencias, que caracterisão o seculo do vapor e da electricidade; e nelles tambem o homem, desaparecerá a suposta e calculadamente inventada inferioridade intellectual da mais bella porção do gênero humano, e poder.se-á então realizar o verdadeiro consorcio dos sexos. Suas ideias e seus sentimentos se fortalecerão confundindo-se; um mesmo espírito presidirá ao lar domestico; a educação dos filhos será uniforme, verdadeira e por conseguinte fecunda, tendo por divisa a sciencia e o trabalho: únicos meios de chegar a sociabilidade verdadeiramente racional. (GAMA, 1882, p. 2).

Ao discursar na cerimônia de instalação do Recreio Literário nos normalistas, Ayres Gama reconhece as transformações que a sociedade passou no último século. E, ao reconhecer essas transformações, Gama reconhece também a necessidade da educação da mulher enquanto afirma a suposta inferioridade intelectual feminina como calculadamente inventada. Para ele, ao educar a mulher, essa inferioridade inventada poderia ser posta de lado para se criar um “consorcio dos sexos”. Mas esse “consorcio” aparentemente deveria ter fins em prol da família, pois, logo em seguida, o autor afirma que essa educação da mulher poderia promover uma “educação uniforme dos filhos”.

Esses elementos, porem, residem conjuctamente na mulher, destinada pela força poderosa da Natureza a ser a primeira architecta do edificio social: é ella quem primeiro pode conhecer o character a indole, as habilitações nas suas primitivas manifestações; educada convenientemente será como a

grande luz factora do Progresso iluminando pelos caminhos do Futuro os passos á Civilisação triumphante. [...]

Como exigir que a mulher ignorante aperfeçoe o coração de uma creança, combatendo aos seus defeitos, incutindo-lha criteriosos exemplos, inspirando-lhe obediência e respeito aos princípios basicos da sociedade se ella desconhece a sociedade e até muitas veses os seus princípios? (PEREIRA, 1903, p. 9).

A moça que vive na ociosidade entrega sua imaginação em phantasias que prejudicam a economia e a moral. E aquella que se quer elevar na sociedade deve ocupar seu espírito na leitura de bons livros, no estudo das questões da economia domestica e d'aquellas que interessam a patria e ao bem estar de todos os seus concidadãos. (O FRUCTO..., 1883, p. 3-4).

Uma mulher ignorante não poderia “aperfeiçoar” o coração de uma criança, logo não seria uma boa mãe, sem certo grau de instrução. Sendo assim, fica evidente a intencionalidade da educação da mulher. A sociedade deveria tirar proveito da instrução da mulher enquanto esta assume seu papel social.

MULHER, PATRIOTISMO E A IMAGEM DA PROFESSORA PRIMÁRIA

Considerando o debate sobre a educação feminina, faz-se necessário refletir também sobre o papel das mulheres na sociedade. É possível identificar o crescimento da demanda pela educação desta, porém tal demanda não foi atendida apenas para satisfazer o crescente desejo feminino por igualdade social para com os homens.

Amáveis leitoras. Si há um assumpto que deve principalmente merecer o vosso interesse, prender vossa atenção; si ha ahi uma questão sobre que o Beija Flor não pode deixar de dar sua opinião, é sem duvida essa que diz respeito **ao logar que ocupaes na família, á missão que tendes na sociedade**, á vossa condição geral.

Ha ahi muita gente, bellas leitoras, que, fazendo uma idéia errônea da importancia de vossa posição, pretende melhorar o vosso estado, desprendendo-vos do seio da família, e atirando-vos no meio da sociedade, para ahi lutardes face á face com o homem.

E' a isso que vulgarmente se chama a vossa emancipação, como se fosseis escravas onde sois senhoras, como se fosseis servas onde sois rainhas. (A MULHER..., 1880, p. 1-2, grifo nosso).

Na fala citada acima, encontrada no jornal **O Beija-Flor**, critica-se a mulher que deseja se desprender do círculo familiar para se atirar na sociedade face a face com um homem. O desejo de emancipação da mulher é chamado de vulgar enquanto se afirma que o lugar dela é no seio da família e que a igualdade dos sexos vai contra a “[...] índole e natureza de cada um.” (A MULHER..., 1880, p. 1). Desta forma, fica evidente que a mulher não seria instruída para que estivesse de igual para igual com o homem.

Nas ideias apresentadas no texto, as mulheres defensoras desta igualdade com os homens não percebiam o mal que causavam a elas mesmas. Mas que mal seria este? O autor

do artigo intitulado **A Mulher** prega a distribuição de diferentes tipos de trabalho entre os sexos. Para justificar essa divisão, aborda os especialistas em diferentes profissões, afirmando que, na família, ocorre o mesmo. Logo, o suposto perigo da igualdade da mulher na sociedade seria a negligência do lar e da família.

Já em seu primeiro volume, o periódico **O Normalista** afirma que não seria descontextualizado falar da educação feminina e seu papel na sociedade, a começar pela família. Para Américo Yetim (1882, p. 2), colaborador do periódico, a família é a “primeira condição assim como a primitiva forma da sociedade”. Para Yetim, a família era o “primeiro passo” do homem para a vida moral e sem esse passo, estaria incapaz de dar outro. Seria na família que o homem aprenderia a amar a pátria, os seus co-cidadãos e a humanidade em geral.

Quanto a nós, mulheres, temos também um grande, **um santo dever para com a Pátria.** [...]

Ouvi há pouco que “a salvação do Brasil está na mulher brasileira” Profunda palavra!

Sim, das lições que dermos aos nossos filhos, dos nossos energicos e carinhosos cuidados que empregarmos na sua educação, depende em grande parte o futuro de nosso paiz!

Mulheres brasileiras, minhas irmãs, não vos assusta essa missão? [...]

Estudemos a fim de podermos transmitir aos nossos filhos nobres ensinamentos.

Procuremos inculhir-lhes desde cedo o amor ao Brasil, mas amor que se revele no cumprimento dos deveres, no desejo de estudar, de aprender, de ser útil! Assim como lhes inculhimos desde os mais ternos annos o culto de Deus, fazendo-os elevar ao Ceo as mãos e os pensamentos assim ponhamos em seus corações o culto puríssimo da pátria. (YETIM, 1882, grifo nosso).

O publico mostra a esse respeito o mais vivo interesse, que diariamente augmenta de valor, devido ao crescente estudo, largamente difundido, das questões econômicas e sociaes e á convicção em que todos se acham de que muitos dos males da sociedade contemporânea são devidos á ignorância daquelles a quem se imcube a direcção do lar domestico. (CARREIRO, 1902b, p. 4).

Baseado nos discursos citados, é possível compreender que a educação das mulheres visava a formação de boas esposas e mães, pois estas seriam responsáveis pela educação dos futuros homens da nação. À mulher caberia o papel de regularizar o lar e o bem seria impossível sem ela. Se os males sociais têm origem naqueles que dirigem o lar e a mulher era a responsável por este papel, sua educação se fazia “[...] mais importante que a do homem, pois esta é o fructo daquela.” (FENELON, 1883, p. 8). A mulher deveria ser bem educada, pois a educação dos filhos seria fruto de sua educação.

Dar a mulher uma educação que a eleve ao nível das necessidades da sua existencia e da sua missão no seculo em que vivemos é mais do que significar a companheira do homem, a esposa e mãe: **é preparar pela hereditariedade a formação do homem do futuro.**

Esta é a grande, a maior, a excelente tarefa dos que crêem na solidariedade tradicional da sua espécie. (ORTIGÃO, 1884, p. 8, grifo nosso).

Dentro dos discursos patriotas sobre os benefícios da educação da mulher para a família e para a nação, é possível perceber a influência do movimento eugênico que começava a tomar forma no fim do século XIX. Para o movimento, questões como o casamento e a higiene deveriam ser convertidos em assuntos escolares. O casamento, que se destaca no discurso citado, deveria ser um ato consciente entre os parceiros. Ambos deveriam estar cientes das doenças congênicas que poderiam ser transmitidas aos filhos e a reprodução de portadores de algumas doenças chegou a ser desencorajada pelos eugenistas.⁵

Na Revista de Instrução Pública há também um discurso proferido na festa de distribuição de diplomas e prêmios às alunas da Escola Normal da Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco. Durante o discurso, o orador do Conselho Superior da Escola Normal, Carlos Porto Carreiro (1902a, p. 28) fala que a mulher assume “[...] a única posição que lhe compete na comunhão social.” Mas qual seria exatamente esta posição? Durante sua fala, o orador fala do triunfo feminino na sociedade e ressalta que ser esposa não é profissão. A mulher não deveria esperar pelo trabalho masculino, mas sim “[...] se habituar a ter uma profissão útil, decente, produtiva, compatível com o seu sexo.” (CARREIRO, 1902a, p. 30).

Se a natureza fez a mulher mãe pelo sexo, a ciência e a profissão, **tornando-a mestra fizeram-na a igualmente mãe pelo sacerdócio.** E esta segunda maternidade lhe impõe o sacratíssimo dever e a dulcíssima obrigação de ser ainda mais amena, mais branda, mais amável do que a fizeram os acasos do nascimento. (CARREIRO, 1902a, p. 30, grifo nosso).

Mesmo sendo possível identificar em seu discurso ideias progressistas sobre a liberdade da mulher, o orador relaciona diretamente o papel da mulher-mãe ao magistério. A docência não seria apenas uma segunda maternidade, mas seria como uma segunda profissão para a mulher.

Segunda profissão, pois, ainda que as mulheres ocupassem espaços profissionais na sociedade, esta profissão deveria ser aproveitada por seu marido e filhos. Uma vez que o exercício profissional da mulher é considerado uma ocupação secundária, sua renda seria também secundária. A mulher não precisava receber bem, pois seu salário serviria apenas como complemento na renda do lar.

REPRESENTAÇÕES SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR FEMININO

Na fala do Professor Carlos Porto Carreiro, citada anteriormente e encontrada na Revista de Instrução Pública, fica evidente a relação do papel de mãe com o magistério primário. Ao falar sobre as escolas de professores dos Estados Unidos, Carreiro relaciona a

ciência doméstica a uma “[...] melhor orientação na carreira do magistério.” (CARREIRO, 1902b, p. 4).

De acordo com o professor, as jovens aspirantes ao magistério primário procuravam escolas que pudessem formar boas mães de família. Essas escolas dariam às alunas a proficiência em trabalhos manuais. Em seu currículo, além dos conhecimentos pedagógicos, estavam inclusos conhecimentos culinários (preparo e seleção dos alimentos), aulas de fisiologia, higiene, psicologia e artes manufaturadas.

Carreiro fala da atenção merecida pela ciência doméstica para a educação. Para ele, os jardins de infância deveriam proporcionar o desenvolvimento gradual e uniforme de todas as faculdades da criança. Para cumprir esta missão, não bastaria a “mais completa e pesada bagagem científica.” (CARREIRO, 1902b, p. 3). Isso deveria acontecer por meio de exercícios “[...] espontâneos e atraentes [...]” enquanto sua “[...] mestra [...]” inspira o “[...] amor da natureza e do lar.” (CARREIRO, 1902b, p. 3).

A mestra deveria compreender o valor dos brinquedos, da expressão corporal e da música na educação. Deveria ter conhecimento do uso das cores para estimular os sentidos e dominar o uso de instrumentos da vida diária. Os estudos da natureza, com ênfase a jardinagem, arboricultura e, até mesmo, a criação de animais deveriam ser de conhecimento das mesmas. (CARREIRO, 1902b, p. 1-6).

Não falta, é verdade quem diga que ensinar taes sciencias á mulher é matar-lhe a sensibilidade. [...]

Se por sensibilidade se entende a propensão, que até hoje tem tido, de perderem seu tempo com desperso de seus deveres, na frequentação inconsciente de actos de suposta beatice, não faz mal supprimil-a. Porem se considera a sensibilidade da mulher em seus attributos de amor e abnegação incomparaveis, estas sciencias, em vez de matal a, encaminhão-a pela senda da verdade, tornando grandemente fecundo esse precioso thesouro; pois è fora de duvida que essa verdadeira sensibilidade é patrimônio exclusivo da propria natureza da mulher. [...]

Não é pois sem grande vantagem para a instrucção que o programa do curso normal deu a maior importancia para o ensino das sciencias phisicas e naturaes, espalhando-os por todos os tres annos do estadio escolar. (GAMA, 1882, p. 1-2).

Analisando o discurso realizado na fundação do Recreio Literário dos Normalistas fica evidente que o currículo da Escola Normal era, em parte, pensado com base no estereótipo feminino. O amor e a abnegação são citados por Ayres Gama como características intrínsecas à natureza feminina e bem direcionados. Estes seriam de grande contribuição para encaminhar a mulher ao caminho da verdade. Estas características constantemente relacionadas ao magistério e à imagem da professora deveriam ser exploradas ao longo do Curso Normal para proporcionar e facilitar o tão desejado desenvolvimento pleno dos alunos.

EDUCADORES REPRESENTADOS NA IMPRENSA: COMANDO EDUCACIONAL MASCULINO

Para ponderar sobre as influências das representações na escolha profissional feminina, faz-se necessário refletir acerca do comando educacional. Durante a pesquisa, destacou-se a ausência da escrita feminina nos periódicos de cunho acadêmico. Dos jornais ligados aos Grêmios estudantis ou associações de professores⁶, todos se apresentaram com uma direção exclusivamente masculina. Deve-se considerar a possibilidade da participação feminina nestes jornais e revistas mediante o uso de pseudônimos ou nos artigos sem autoria indicada. Mas, ainda que se considerem tais possibilidades, não existem indícios desta participação.

No que se refere às representações de educadores em geral, as mulheres se encontram praticamente ausentes. Durante a coleta dos dados, foi encontrada apenas uma citação referente às mulheres educadoras. Em 10 de dezembro de 1902, na revista **O Lyrio**, Edwirges de Sá Pereira e Anna Nogueira Baptista são elogiadas por suas aprovações distintas no curso da Escola Normal.

Em contrapartida à ausência de mulheres educadoras representadas na imprensa, os homens educadores ganham destaque na imprensa. Dominavam não apenas a direção dos periódicos ligados à educação, mas encontravam-se à frente do comando educacional. Na revista **O Grêmio**, pertencente ao Grêmio Literário Ayres Gama, em 08 de agosto de 1908, encontra-se uma breve matéria sobre o Dr. Alfredo de Albuquerque Gama, fundador e diretor do Instituto Ayres Gama.

Mesmo que, nos periódicos analisados, o Dr. Alfredo de Albuquerque Gama tenha sido o único educador a receber uma homenagem, os homens educadores eram facilmente localizados na imprensa. Eram os responsáveis pela direção dos jornais e pela escrita dos artigos. Este fato pode ser justificado com o comando educacional masculino. Mesmo com as mulheres ocupando cada vez mais as salas de aula enquanto professoras, os homens ainda detinham o poder sobre a educação e as instituições de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, é possível perceber a escassez dos discursos que se relacionam diretamente à mulher docente. Sendo assim, para compreender este processo de feminização, fez-se necessário olhar além das representações sobre a docência feminina, buscando compreender a condição da mulher na sociedade.

A pouca instrução recebida pela mulher no fim do século XIX e início do século XX não era valorizada por questões culturais, pois se esperava dela certa vaidade e um comportamento que agradasse aos homens, para desde cedo poder conquistar um marido. Com seu desenvolvimento intelectual negado, a educação feminina se justificava apenas em benefício do lar e da criação dos filhos, em prol de uma sociedade desenvolvida.

Considerando o desenvolvimento social, é possível perceber a influência de concepções eugênicas neste processo. A necessidade de educar as mulheres estava ligada ao desenvolvimento da sociedade, e o positivismo contribuía para a feminização do magistério, pois consolidava o homem no poder. O currículo para a formação das professoras era pensado a partir dos estereótipos de gênero, valorizando os trabalhos manuais e as ciências naturais. A suposta sensibilidade feminina deveria ser explorada e direcionada para que não se preocupasse com futilidades e pudesse proporcionar o desenvolvimento pleno dos alunos.

Mesmo escassas as representações sobre a mulher professora, é possível notar nos discursos a relação do papel materno com a profissão docente, principalmente quando tratado da educação de crianças mais novas. Às educadoras do recorte temporal utilizado faltavam representações. A educação e o papel da mulher na sociedade estavam bem representados na imprensa, porém sua participação no campo da educação não era noticiada com a mesma frequência da participação masculina.

Mesmo ocupando as salas de aula e tendo a docência se transformado numa profissão feminina, esta ausência de representações faz com que se reflita a respeito do comando educacional. Essa ausência de representações, ao ser combinada com a observação de que apenas homens dirigiam e escreviam os jornais acadêmicos, leva-nos a concluir que as mulheres estavam ausentes no processo de tomada de decisões a respeito da educação. O magistério primário se feminiza de forma qualitativa e quantitativa, mas os homens permanecem na direção desta educação.

REFERÊNCIAS

A MULHER. **O Beija-Flor**. Recife, ano 1, n. 2, p. 1-2, 10 de jul. de 1880. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE.

ALMEIDA FILHO, A. J. A pesquisa histórica: teoria, metodologia e historiografia. **História da Enfermagem Revista Eletrônica**, v. 7, n. 2, p. 381-382, 2016.

ARANTES, A. S. **Processos de racialização em escolas primárias pernambucanas (1911-1945)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, João Pessoa, 2014.

ARAÚJO, J. C. S. A imprensa, co-participe da educação do homem. **Cadernos de História da educação**, v. 1, n. 1, p. 59-62, 2002.

ARAÚJO, L. C.; CUNHA, R. C. Os homens na docência e a feminização do magistério. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERCE*, 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PR, 2013. p. 11245-11258.

BRAGA, F. B. R. S. A feminização do magistério em Pernambuco (1872-1890). **Revista de História**, v. 5, n. 1-2, p. 151-177, 2013.

BURKE, P. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARREIRO, C P. Discurso. **Revista de Instrução Pública**. Recife, ano 4, n.18, p. 24-31, jan. 1902a. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE.

CARREIRO, C. P. Escolas de professores no Estados Unidos. **Revista de Instrução Pública**. Recife, ano 4, n. 18, p. 1-6, jan. 1902b. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE.

CATANI, D. B. História, memória e autobiografia da pesquisa educacional e na formação. *In:* CATANI, D. B. (org.) **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FENELON. Pensamentos progressistas. **O Grêmio dos Professores Primários**. Recife, ano 1, n. 1, p. 8, 25 de março de 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=827614&PagFis=1>. Acesso em: 14 maio 2018.

GAMA, A. Discurso proferido na instalação do recreio litterario dos normalistas pelo presidente do acto o ilmo. Sr. Dr. Ayres Gama. **O Normalista**. Recife, ano 1, n. 2, p. 1-2, 31 jul. 1882. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=827584&pesq=4>. Acesso em: 12 jun. 2018

GONDRA, J. Medicina, higiene e educação escolar. *In:* LOPES, E. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

INEP. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

LOURO, G. Gênero e magistério: identidade, história representação. *In:* CATANI, D. B. (org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

LOURO, G. Mulheres na sala de aula. *In:* PRIORE, M. D. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, M. C. G. O decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil do século XIX. *In:* STEPHANOU, M.; BASTOS, H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 91-103.

NOGUEIRA, J. K.; SCHELLBAUER, A. R. Feminização do magistério no Brasil: O que relatam os pareceres do primeiro congresso da Instrução do Rio de Janeiro. **Revista**

- HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. 27, p. 78-94, 2007. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:y8iuB-LxsbsJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%2520PDF/FEMINIZA%25C7%25C3O%2520DO%2520MAGIST%25C9RIO%2520NO%2520BRASIL.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 24 set. 2020.
- O FRUCTO do trabalho e do estado. **Mulher**. Recife, ano 1, n. 7, p. 3-4, 15 de fev. 1883. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE.
- ORTIGÃO, Ramalho. Pensamentos progressistas. **O Grêmio dos Professores Primários**. Recife, ano 2, n. 3, p. 8, 25 de fevereiro de 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=827614&PagFis=1>. Acesso em: 23 maio 2018.
- P. C. M. Apelo as senhoras. **A Rosa**. Recife, ano 1, n. 3, p. 3, 11 nov. 1890. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE.
- P. C. O mez de novembro. **A Rosa**. Recife, ano 1, n. 1, p. 1-2, 18 out. 1890. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE.
- PADILHA, L. M. L.; NASCIMENTO M. I. M. A pesquisa histórica e a história da educação. **Revista HISTEDEBR On-line**, Campinas, SP, n. 66, p. 123-134, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643706>. Acesso em: 24 set. 2020.
- PEIXOTO, F. M. **A escola normal oficial de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- PEREIRA, E. S. Carta aberta a D. Amelia Belaviqua. **O Lyrio**. Recife, ano 2, n 5, p. 8-10, 01 de mar. 1903. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE.
- RABELO, A. O.; MARTINS, A. M. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Umberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: MG, 2006. p. 6167-6176..
- SILVA, A. C. A. S. **O espírito de (in)tolerância na República laica**: um olhar na formação da(o)s aluna(o)s-mestres da Escola Normal de Pernambuco (1890-1915). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4671/1/arquivo5739_1.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.
- SILVA, A. M. P.; OLIVEIRA, R. O trabalho docente anunciado no Diário de Pernambuco entre 1851 e 1890. **Revista Trabalho e Educação**, v. 23, n. 1, p. 275-295, 2014.

SOUZA, R. F. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. *et al.* (org.). **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 33-70.

YETIM, A. A família. **O Normalista**. Recife, ano 1, n. 1, p. 2, 06 jul. 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=827584&pesq=>. Acesso em: 03 ago. 2018.

AUTORIA:

* Graduação em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco (UPE). Membro do Grupo de Estudos Étnico-racial e Ambiental – GERA da Universidade de Pernambuco (UPE). Contato: edlakerollayne@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE). Contato: adlnearantes@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

SILVA, É. K. T. da; ARANTES, A. S. Representações sociais sobre a feminização do magistério na imprensa pernambucana (1885-1915). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-23, abr. 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8657105. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657105>. Acesso em: 3 maio 2021.

Notas

¹ Segundo os historiadores da educação, como, por exemplo, Peixoto (2006) e Louro (2009).

² Ao transcrever os discursos, optamos por manter a grafia original dos textos contidos nas fontes.

³ Para Taylor (1871 *apud* BURKE, 2008, p. 43), cultura, em seu sentido amplo, é o “[...] complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” Sendo assim, o processo de educar está diretamente ligado à internalização da cultura. Entretanto, ao adquirir uma cultura, não existe apenas a reprodução da mesma. Cada nova geração que se apropria de determinada cultura deixa uma marca nela.

⁴ Ano da primeira escola mista encontrada por Braga (2013).

⁵ Para mais informações sobre o movimento eugênico, consultar: Gondra (2003) e Arantes (2014).

⁶ Revista Acadêmica, O Grêmio, O Normalista, O Grêmio dos Professores primários e a Revista de Instrução Pública.